


## **A implantação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das Políticas Neoliberais**

The implementation of the Common National Curricular Base in the context of Neoliberal Policies

La implementación de la Base Curricular Nacional Común en el contexto de las Políticas Neoliberales

**Ana Paula de Oliveira** - Universidade de Sorocaba | Mestranda em Educação pelo PPGE-Uniso | Sorocaba | SP | Brasil. E-mail: [aninhapt.oliveira@gmail.com](mailto:aninhapt.oliveira@gmail.com) |  ORCID

BRANCO, Emerson Pereira; ZANATTA, Shalimar Calegari; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi; NAGASHIMA, Lucia Akiko. **A implantação da base nacional comum curricular no contexto das políticas neoliberais**. Curitiba: Appris Editora, 2018. 135p.

Essa obra aborda o acompanhamento do processo de implantação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) em todo Brasil, apresentando ao leitor a realização de uma análise crítica acerca de reformas do ensino brasileiro, pautado em uma abordagem sobre as políticas neoliberais e suas interferências na Educação.

No primeiro capítulo, *A educação e a sociedade*, (p. 11-16), os autores retomam o papel da escola na construção da sociedade, bem como na formação do cidadão e enfatizam o poder de promoção de justiça social e da influência no modo de vida das pessoas que a escola exerce, relatam o ensino público como indispensável para formação do cidadão, além de abordarem a crise da escola pública em seu contexto histórico.

Justamente pelo poder da escola acima citado, ela se tornou campo de disputa entre governo, instituições privadas e organismos multilaterais que defendem uma postura neoliberal, distorcendo o papel social da escola, deixando-a carente de significado, tornando-a mediadora dos valores sociais carregados de influências ideológicas da classe dominante. Adotando o discurso do estado mínimo, apontando para a incapacidade do estado, somado a necessidade de formar trabalhadores competentes, competitivos e alienados, surgem às intervenções de

organismos nacionais e internacionais na participação das reformas educacionais, ligando-as a interesses mercadológicos, direcionando para uma formação de trabalhadores polivalentes e flexíveis com habilidades e competências desejáveis ao sistema produtivo do capitalismo e da globalização, onde poucos grupos se qualificam com a supervalorização do individualismo, porém com exclusão de grande massa da população, gerando uma dívida histórica do Estado com a população.

Ressaltam ainda o grande desafio da escola pública que diante da transição da sociedade necessita de reformas abrangentes e não fragmentadas com políticas concretas para superar a crise da escola pública, que até o momento contou com reformas que não priorizam as instituições de ensino, e que contavam com recursos de decretos, leis e programas que não asseguram a melhoria almejada. Para tal realização é necessário superar a barreira da descontinuidade e repensar o papel da escola não apenas para garantir habilidades e competências, mais para promover a emancipação do cidadão, fortalecendo princípios éticos e solidários em uma educação de qualidade e equitativa, com a inclusão de uma vida digna a grande massa de excluídos, com assimilação crítica e ética do saber, voltada para construção do bem comum.

Colocam como finalidade principal do livro analisar e investigar o processo de elaboração e implantação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), bem como as alterações na legislação dentro da atual reforma e questionar as influências das instituições privadas e organismos multilaterais sobre a real possibilidade de superação da crise da escola pública.

No segundo capítulo, *As políticas neoliberais*, (p. 17-38), os autores abordam de maneira breve o surgimento do neoliberalismo nas décadas de 30 e 40 em um contexto da segunda guerra mundial e a retomada pelos governos dos Estados Unidos e Reino Unido nas décadas de 70 e 80 e, desde então, a influência que essa teoria de política econômica passa a exercer sobre a economia mundial para depois exemplificar como a lógica neoliberal interfere na estrutura das organizações escolares brasileiras.

Segundo os autores, o neoliberalismo tem aporte ideológico no capitalismo e defende que o bem-estar humano pode ser promovido a partir das liberdades e capacidades empreendedoras, com o livre mercado e o fortalecimento dos comércios, portanto consideram que o setor público é o responsável pelas crises econômicas por promover segundo o ideário neoliberal a ineficiência e o privilégio. Apoiados nessas crenças, as grandes potências capitalistas “mergulharam de cabeça” na neoliberalização para dar respostas as crises econômicas enfrentadas em busca, por meio, dos

discursos, de eficiência, qualidade e equidade. Nesse discurso, para os autores, o Estado mínimo defendido nesta prática neoliberal promove, maior desemprego, precariedade nas condições de trabalho, degradação na relação homem e natureza além da exclusão social buscando lucro a qualquer custo, gerando experimentos caóticos.

O real interesse das grandes corporações capitalistas é a manutenção dos interesses de uma minoria dominante e a articulação com os demais países capitalistas para uma organização econômica que atenda suas necessidades, diante das mutações significativas no mundo do trabalho e conseqüentemente na educação que pelas interferências neoliberais incorporou o discurso do fracasso na escola pública.

Esse fracasso apresentado pela lógica neoliberal se dá por conta da incapacidade do Estado em gerir as transformações socioeconômica e educacionais. Tal incapacidade gera a necessidade de reestruturação baseada na valorização de iniciativas privadas, adequando os sistemas educacionais ao projeto conservador das elites brasileiras, concebendo-a como uma mercadoria e não um processo a ser construído. O papel da escola passa então a ser secundarizado, deixando de ser apenas um local de instrução para ter como função precípua a marginalização de seus objetivos para alienação das massas, distanciando de uma escola voltada para o social, o bem-estar comum, preparando apenas para atender os interesses dos que dominam a sociedade, gerando uma racionalidade incumbida de medir interesses individuais de trabalho simplificado e barateado que possibilita a geração de mais valia para o capital.

No terceiro capítulo, *O sistema nacional de educação*, (p. 39-78), os autores analisam o sistema educacional brasileiro que gerencia as políticas educacionais de Estado em um regime de colaboração entre as esferas municipais, estaduais e federais. Trata-se de um sistema fragmentado e desarticulado frente a falta de continuidade das políticas educacionais diante de diferentes mandatos, o que gera altos índices de exclusão em relação a permanência dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, principalmente para as classes menos favorecidas economicamente. Relatam as “oportunidades” de sistematizar o ensino nacional, desde o manifesto dos pioneiros na década de 30, a Constituição Federal de 1934, novamente a Constituição Federal de 1946 e na elaboração da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) em 1996.

Abordam ainda como seria um sistema de ensino nacional, se refletido de forma intencional para melhoria da educação, que reuniria diferentes elementos em um conjunto diverso e abrangente, que valoriza a diversidade e a variedade regional, articulando-a de maneira coerente, garantindo um padrão mínimo de qualidade educacional em todo país. Historicamente,

a criação de um sistema nacional de educação enfrenta barreiras que impedem sua execução, e são de decorrências pedagógicas, econômicas e políticas, que se caracterizam pela descontinuidade, pedagogias refratárias e resistência à manutenção da escola pública. Essa é a dicotomia da educação, ficando entre o que se verbaliza e entre o que se investe, pois diante da lógica economicista busca-se uma educação eficaz, porém barata.

Para os autores, a adoção de um currículo nacional com a implantação da base, se seguir a tendência de meramente abrigar os sistemas estaduais e os municipais e não levar em consideração os fracassos das reformas anteriores, o Sistema Nacional de Educação se reduzirá a uma mera formalidade, mantendo-se contraditório, desencontrado, com improvisos e imprecisões, se mantendo distante de uma educação igualitária e emancipadora, pois só é possível conceber essa educação sistematizada atendendo aos requisitos de intencionalidade e coerência, onde se toma consciência da real situação educacional, identificar os problemas e fragilidades e se manter num constante movimento dialético de ação-reflexão-ação.

Em relação ao currículo, há um destaque nas influências sofridas pelo Estado Brasileiro de organismos internos e externos, que sempre mantiveram atrelado à formação curricular o domínio das classes dominantes, uma estrutura de formação de estratégia (de reforma), usando-o como componente de controle em processos de aprendizagem institucionalizados, com caráter impositivo e verticalizado, no qual o principal objetivo das instituições escolares é o de formar e conscientizar o corpo discente para competir por postos de trabalho no mercado capitalista, restringindo-se meramente ao programa de conteúdos das disciplinas, ignorando os interesses dos cidadãos, ficando à margem dos debates que envolvem os professores, suprimindo as características sociais da comunidade escolar inserida, materializando assim o processo de construção hegemônica. Para os autores, os docentes têm um papel fundamental na elaboração curricular e não deveriam estar limitados a reproduzir os conteúdos especificados na organização curricular.

Em relação à formação de professores, os autores apontam que as universidades vêm preparando mal seus futuros professores, que saem despreparados para o exercício da profissão, sendo incapazes de refletir além de sua própria prática, já que não possuem o mínimo necessário para ir além, devido a um estado de sucateamento que busca mostrar que apenas a privatização poderá trazer a qualidade de ensino almejada, enveredando para se adequar às exigências do mercado com a redução do tempo de estudo e diminuindo os custos. Com esse tipo de formação, a situação atual da docência no Brasil continua marcada por fortes tradições individualistas,

regulações externas, muitos dispositivos burocráticos, recebem salários baixos, são desvalorizados socialmente e recebem uma formação e/ou capacitação cada vez mais precarizada.

No quarto capítulo, *Reformas educacionais relevantes para o cenário atual*, (p. 83-109), os autores discorrem sobre as reformas que foram relevantes no Brasil, para se compreender o cenário atual, apresentado por eles em 2018, desde a década de 1920 com o processo de industrialização, os diferentes movimentos sociais que reivindicavam a ampliação do atendimento escolar, até a elaboração da BNCC, apontando para o caráter elitista da educação brasileira.

Os autores destacam o Manifesto dos Pioneiros como a primeira tentativa de reformulação da política educacional, que defendia uma escola pública, obrigatória, laica e gratuita, porém descrevem historicamente de maneira breve as instabilidades das políticas educacionais nacionais, com seus altos e baixos, e o fortalecimento do dualismo da escola pública que reforça a separação dos que podem estudar daqueles que deveriam estudar para ingressar no mercado de trabalho, evidenciando para as massas o conhecimento instrumental com competências básicas para atender o processo produtivo. Para materializar essa constatação, destacam os períodos da Constituição Federal de 1934, o golpe de 1937 a 1945, o Estado Novo em 1946 com uma nova Constituição Federal, a LDB de 1961, o golpe de 1964, que especialmente entre 1970 e 1980 foi marcado pela luta da democratização, período em que os educadores passam a defender um ensino mais crítico, retomam a reforma geral do ensino de 1968 com destaque ao ensino superior, até chegarem à década de 1990, que tem reformas importantes ao sistema educacional num período pós ditadura.

Para os autores, esse período é marcado por um Estado facilitador direto do crescimento econômico, caracterizando o surgimento do “Estado Mínimo” e das políticas neoliberais, ocasionando maior participação dos setores privados em segmentos de atuação exclusiva do Estado. Surge também nesse período o início da presença em encontros internacionais em torno das políticas educacionais e dão destaque à Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada por instituições como Unesco, Unicef, Banco Mundial, entre outros. Diante dos processos reformulação propostos, surge a concretização da educação segundo diretrizes financeiras.

As orientações para a política de Estado vieram por meio dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), como material de orientação e suporte que trazia o lema *aprender a aprender*, defendendo que os indivíduos deveriam ser preparados a aprender aquilo que lhes for

exigido, em um constante processo de adaptação. Para os autores, esse lema reflete exatamente o esvaziamento do trabalho educativo escolar ao considerar que os professores já não precisavam aprender o conhecimento historicamente acumulado, já que não precisariam ensiná-los, tornando assim cada vez mais empobrecidos os conhecimentos oferecidos a professores e alunos, adaptando-os à alienação. Diante de todo o levantamento das lacunas deixadas pelos PCNs, principalmente por estabelecer uma base comum nacional sem a participação dos professores, apenas contando com orientações de organismos internacionais que se baseiam em valores neoliberais, uma grande questão levantada pelos autores é se todo esse processo vem se repetindo com a atual proposta da BNCC.

A BNCC foi apontada como necessária para atender parte do PNE (Plano Nacional de Educação), objetivando contemplar a orientação para o planejamento curricular da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Houve consulta pública para construção de sua primeira versão, finalizada em março de 2016, seminários com professores gestores e especialistas abertos à participação pública, gerando a segunda versão em junho de 2016. E mesmo sem esgotar os debates acadêmicos em torno de sua concepção, a terceira e última versão, que foi aprovada e homologada em dezembro de 2017, e compreendeu a reorganização curricular, adequação dos sistemas educacionais dos estados e municípios e formação e capacitação dos professores.

Os autores destacam, ainda, a reforma proposta para o Ensino Médio, descrevem e destacam pontos primordiais aos estudiosos desse segmento no que tange às estruturas e intencionalidades presentes no documento, com o fortalecimento de mecanismos de controle social, ideologia de terceirização e privatização defendidas pelas classes governantes, além da disponibilidade do Estado em diminuir gastos, apoiados no discurso de qualidade que o setor privado pode oferecer. A classe docente segue precarizada nesse segmento com o surgimento, entre outras coisas, da possibilidade de ter profissionais não formados para atuação na educação.

No capítulo cinco, *Considerações finais*, (p. 119-126), é possível perceber que, para os autores, historicamente as reformas educacionais não foram realizadas com a intenção de promover o desenvolvimento da cultura escolar e pouco têm contribuído para o fortalecimento de comunidades escolares inclusivas, participativas e conseqüentemente equitativas, e que a reforma da BNCC incorre neste mesmo percurso, cometendo os mesmos erros, trazendo direcionamento verticalizados com valorização econômica sob a lógica neoliberal e não será capaz de superar os problemas educacionais relacionados à qualidade e de estrutura para a formação de um cidadão

emancipado em um regime de colaboração na educação. Os autores destacam que no meio acadêmico e profissional não faltam ideias para superar essa demanda de dificuldades da Educação, o que falta é a vontade política e falta de preocupação com o bem comum na distribuição de recursos que garantam condições de trabalho aos docentes e acesso e permanência do aluno na escola.

Esta obra destina-se para os diferentes públicos, porém, de forma mais direta, atende às necessidades dos professores, profissionais que atuam na linha de frente e são impactados pelas implementações de políticas educacionais de organização curricular e de formação de professores. Igualmente importante, quando visto pelo aspecto teórico e político, é uma leitura para pesquisadores e estudantes de mestrado, doutorado e de graduação em educação. Sua leitura pode estimular novas pesquisas, temas para teses, dissertações e monografias de fim de curso e, certamente, qualificará o debate sobre o tema proposto.